

EMPREGO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTORNOS DE UMA QUESTÃO SOCIAL

Francisco E. Beckenkamp Vargas^(*)

Resumo: Neste artigo, analisa-se a dinâmica do emprego na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Além de discutir aspectos teóricos relacionados à questão do emprego como questão social, o estudo procura identificar os impactos do crescimento econômico sobre a geração de empregos formais. Consta-se que uma forte concentração do crescimento econômico regional no município de Rio Grande é acompanhada de um limitado crescimento dos níveis de emprego. Sugere-se, pois, que se está diante de um padrão de desenvolvimento regional que apresenta um impacto limitado na geração de empregos formais, tendo em vista, sobretudo, a elevada vulnerabilidade no trabalho legada pelo modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro das últimas décadas.

Palavras-chave: emprego; desenvolvimento regional; questão social.

Abstract: This paper analyzes the dynamics of employment in the so-called Zona Sul (Southern Region) of Rio Grande do Sul, particularly in the cities of Pelotas and Rio Grande. Besides discussing the theoretical aspects related to the question of employment as a social issue, the study seeks to identify the impacts of economic growth on the creation of formal jobs. It appears that a high concentration of regional economic growth in the municipality of Rio Grande is accompanied by a limited growth in employment rates. It is suggested, therefore, that we are facing a regional development pattern that has limited impact on the creation of formal jobs, aiming in particular, on the high vulnerability in the work bequeathed by the Brazilian model of capitalist development over the last few decades.

Key words: employment; regional development; social issue.

^(*) Doutor em Sociologia pela Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yveline (França) e Professor Associado do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: fvargas@via-rs.net.

1. Introdução

Neste artigo, analisa-se a “questão do emprego” na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente nas cidades de Pelotas e Rio Grande, tendo em vista as transformações econômicas pelas quais vem passando esta região nos últimos anos. Tenta-se identificar sua dinâmica histórica de geração de empregos formais, sobretudo no período recente, problematizando-se o modelo de desenvolvimento que nela vem sendo implementado e sua capacidade de distribuir os resultados do crescimento econômico.

Por “questão do emprego” define-se um conjunto de dilemas sociais e econômicos vinculados à quantidade e qualidade de empregos disponíveis em uma determinada sociedade e sistema econômico. De um ponto de vista sociológico, a questão do emprego supõe um processo histórico de formação, consolidação e generalização do trabalho assalariado e das relações sociais de produção capitalistas. Nas sociedades modernas, o “emprego”, como forma específica de trabalho, apresenta-se não apenas como um fator de produção decisivo e subordinado à dinâmica de um mercado de trabalho. Ele se apresenta, igualmente, como um meio fundamental para os trabalhadores de acesso a uma fonte regular de rendimento econômico, a um conjunto de direitos e proteções sociais, bem como ao reconhecimento social. Nestes termos, a questão do emprego apresenta-se, também, como uma “questão social” de enorme envergadura.

A chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul tem enfrentado um intenso debate sobre a questão do desenvolvimento regional devido à sua persistente situação de atraso econômico em relação a outras regiões do Estado e do país. O longo período de crise da economia brasileira, durante os anos oitenta e noventa, deixou um saldo bastante negativo no mercado de trabalho local e uma elevada dívida social.

A partir dos anos 2000, após esse longo período de crise e de desestruturação do mercado de trabalho, a economia brasileira começou a apresentar sinais de recuperação, passando a configurar-se um quadro de crescimento econômico. A partir desse contexto nacional favorável, a Zona Sul também passou a apresentar um significativo crescimento tanto do produto como do emprego. Vários empreendimentos e investimentos foram e estão sendo implementados na região, destacando-se o pólo naval do município de Rio Grande.¹

¹ Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS (2010), estima-se que cerca de US\$16,1 bilhões estão ou estarão sendo investidos na região nos próximos anos, principalmente no município de Rio Grande. Com base nos investimentos da Petrobrás, a construção naval iniciou suas

Tendo em vista esse novo cenário, inúmeras previsões têm destacado a possibilidade de uma forte elevação dos níveis de emprego no mercado de trabalho local.² Políticas públicas locais, ao priorizar a atração de investimentos como o principal vetor de desenvolvimento, enfatizam a geração de empregos como uma meta central do novo ciclo de crescimento econômico da região. Essa via de desenvolvimento, pois, tem sido apontada como a grande alternativa à crise do mercado de trabalho local, configurando-se, para muitos, um cenário regional promissor.

Considerando esse cenário, indaga-se como tem se configurado o crescimento econômico dessa região no período recente, principalmente nos municípios de Pelotas e Rio Grande, pólos econômicos regionais, e qual tem sido seu impacto na geração de novas oportunidades ocupacionais, formais e protegidas. Quais as características e particularidades dessa dinâmica do emprego nos dois municípios? Na medida em que a questão do emprego é aqui apresentada como “questão social”, pergunta-se, ainda, em que medida a dinâmica local de desenvolvimento e de crescimento do emprego é capaz de propiciar a integração dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e historicamente excluídos e/ou marginalizados do mercado de trabalho formal.

Propõe-se, como hipótese inicial, que no atual estágio da dinâmica da acumulação capitalista e da divisão internacional do trabalho, dominada por uma distribuição desigual do produto e do emprego e por um paradigma produtivo flexível, configura-se um padrão de desenvolvimento que apresenta uma limitada capacidade de geração de empregos, sobretudo em setores industriais mais dinâmicos e intensivos em capital. Estima-se, pois, que as políticas macroeconômicas visando o crescimento de atividades tradicionais e intensivas em mão-de-obra sejam o principal vetor de expansão do emprego em nível local. Portanto, esse padrão de desenvolvimento capitalista, alicerçado em grandes investimentos, ao apresentar uma limitada capacidade de gerar empregos e de distribuir localmente os resultados do crescimento, não é capaz, igualmente, de promover uma ampla integração dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

atividades em 2006, com a entrega da primeira plataforma, a P-53, em 2008. Outras três plataformas, a P-55, a P-58 e a P-63 já estão sendo parcialmente construídas no Pólo Naval de Rio Grande desde 2011. Prevê-se, ainda, a construção de até oito cascos de plataformas petrolíferas (CHEGADA, Zero Hora, 12/10/2011).

² Ainda segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Zona Sul do RS (2010), estima-se a geração de cerca de 190.000 empregos diretos e indiretos na região.

2. A questão do emprego: da dinâmica da acumulação capitalista à questão social

A seguir, procura-se identificar alguns referenciais teóricos capazes de contribuir para uma melhor compreensão das determinações do que se tem chamado por questão do emprego. Propõe-se, inicialmente, que essa questão do emprego pode ser identificada como uma questão social de fundamental importância nas sociedades contemporâneas. Mas, o que é uma questão social?

Segundo Castel, em sua análise das metamorfoses da condição salarial, “a ‘*questão social*’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.” (Castel, 2001, p. 30) Através dessa questão social, é a própria existência da sociedade enquanto um conjunto de vínculos sociais que está posta em questão. O emprego, nestes termos, define-se como um tipo de “vínculo social”, de pertencimento, de participação na vida coletiva. Esse vínculo está baseado na utilidade econômica e no valor social da atividade ocupacional, do emprego.

Nas sociedades modernas, o longo processo histórico de marginalização e pobreza da classe trabalhadora foi enfrentado, a partir do final do século XIX, através de um conjunto de intervenções sociais que passaram a assegurar direitos e proteções na relação de trabalho assalariada. É através do trabalho e, particularmente, do emprego assalariado, que a questão social foi enfrentada nos países capitalistas desenvolvidos, consolidando-se a chamada “moderna condição salarial” (Vargas, 2008). O emprego, portanto, torna-se um mecanismo através do qual se assegura a coesão social e a integração da classe trabalhadora. Segundo Gorz (1991), o trabalho exercido na esfera pública e através do qual o indivíduo obtém não apenas uma remuneração, mas também um *status* social reconhecido, assegurando direitos e proteções, é uma invenção da modernidade ocidental.

A questão do emprego manifesta-se também como uma questão econômica de enorme relevância. É nessa qualidade que ela tem sido predominantemente considerada tanto no debate político como no debate acadêmico. Como questão econômica, ela se apresenta como o resultado da dinâmica da acumulação capitalista e de sua racionalidade econômica baseada na lucratividade, na inovação, na elevação da produtividade no âmbito

das relações mercantis competitivas. Duas posições teóricas polares podem ser destacadas a esse respeito.

Primeiramente, aquelas que enfatizam a capacidade do sistema econômico de gerar cada vez mais riquezas e oportunidades de emprego. Se, por um lado, a inovação e a crescente produtividade do trabalho promovem a destruição de atividades econômicas e empregos, por outro, elas também criam novas atividades e ocupações. É a chamada destruição criativa (Schumpeter, 1961). No âmbito da sociologia, esse otimismo é expresso nas posições assumidas por Castells (1999) em sua análise das sociedades contemporâneas, as chamadas sociedades em rede, baseadas em uma economia informacional e globalizada. A inovação constante e a elevação da produtividade são os caminhos para assegurar o crescimento econômico e a geração de empregos, tendo em vista uma “nova economia” que se consolida e se amplia num mercado globalizado também em franca expansão. Castells considera, pois, que, no capitalismo informacional, estão abertas as possibilidades de crescimento econômico e de expansão dos níveis de emprego, ainda que, para este autor, possam se configurar significativas desigualdades no mercado de trabalho e na sociedade.

Em segundo lugar, destacam-se aquelas posições mais pessimistas, as teses do fim do trabalho, que tendem a enfatizar o impacto profundo das novas tecnologias de informação e comunicação sobre a produtividade do trabalho, o que levaria a uma brutal redução das oportunidades de emprego, a um desemprego estrutural elevado. Nas fases anteriores do capitalismo moderno, a destruição de setores e empregos teria proporcionado, de fato, a criação de novas atividades e oportunidades ocupacionais. A redução do trabalho agrícola, já nas fases iniciais do capitalismo moderno, seria assim acompanhada pelo crescimento do trabalho industrial. Mais recentemente, como sustentaram as teorias do pós-industrialismo (Bell, 1977), a estagnação e redução do trabalho industrial seria acompanhada pela expansão do trabalho no setor de serviços. Atualmente, porém, tal dinâmica de destruição criativa não teria mais validade. Segundo Rifkin (2005), principal representante dessa vertente pessimista, as novas tecnologias de informação e comunicação acarretariam uma brutal elevação da produtividade tanto na indústria como nos serviços, tanto no trabalho manual como no trabalho intelectual e relacional. Mais do que nunca, essas tecnologias promoveriam a substituição maciça dos trabalhadores em serviços, ainda que núcleos importantes de trabalho intelectual e qualificado sejam criados nesse processo.

A questão do emprego como “questão econômica” e como “questão social” remete, ainda, aos mecanismos de “regulação” caracterizados seja pelo seu caráter promotor da atividade econômica e do desenvolvimento (regulação econômica), seja pelo seu caráter diretamente distributivo e/ou compensatório (regulação social). Esses mecanismos de regulação constituem a base fundamental através da qual se efetivam tanto os benefícios e proteções sociais aos trabalhadores como as condições necessárias ao equilíbrio e expansão da economia e das empresas capitalistas. É nestes termos que a relação salarial estável, no sentido proposto por Castel (2001), tornou-se um mecanismo central de coesão social nas sociedades contemporâneas. O emprego assalariado configurou-se como a pedra de toque de uma arquitetura social, política e econômica que tornou possível articular as tensões entre as diferentes racionalidades presentes nas sociedades capitalistas. Tal arquitetura, que vigorou durante os anos de ouro do capitalismo, parecia compatibilizar perfeitamente a racionalidade econômica capitalista e os direitos sociais dos trabalhadores. Ao assegurar renda estável (massa salarial) a estes, ela assegura também parte expressiva da “demanda” que sustenta a própria acumulação. Considera-se que os gastos públicos tenham também esse mesmo efeito.

A partir dos anos setenta, a crise do capitalismo, marcada pela baixa lucratividade e pelo acirramento da competitividade em nível internacional, implicou também uma crise do modelo de regulação até então vigente, provocando a emergência das concepções e políticas neoliberais. Tais políticas, ao promoverem fortes ajustes e restrições nos gastos públicos e nos custos das atividades econômicas, provocaram uma grande redução dos direitos sociais e trabalhistas, uma fragilização política dos trabalhadores e uma diminuição do poder aquisitivo dos salários. Enfim, configurou-se um quadro crescente de precarização do trabalho e das relações de trabalho (Antunes, 2006). Uma profunda reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo se desenhava naquele momento, o modelo fordista de organização produtiva sendo gradativamente substituído e/ou articulado com um novo modelo baseado na flexibilidade do trabalho, da produção e da organização empresarial, a chamada acumulação flexível (Harvey, 1993).

Uma vez posto em xeque o modelo de regulação vigente, intervencionista e regulamentador, as concepções liberais alicerçadas na defesa das liberdades mercantis passam a vigorar como princípios hegemônicos de gestão econômica. Tais princípios são adotados tanto por parte de governos como por empresas num contexto de acelerada

globalização econômica. Este processo foi acompanhado de uma forte reorganização econômica, intensificando-se a mobilidade do capital, a deslocalização de empresas, a desindustrialização de regiões industriais tradicionais, bem como a reorganização da produção e do trabalho através das terceirizações, da redução dos efetivos de trabalhadores e das hierarquias organizacionais, entre outras medidas. Tais práticas tiveram uma forte repercussão no mercado de trabalho, com baixo incremento dos empregos e elevado desemprego estrutural na maior parte das economias do mundo capitalista. Redefiniu-se, ainda, profundamente, o perfil dos trabalhadores integrados ao circuito da acumulação capitalista, exigindo-se deles mais escolarização, qualificação, polivalência e envolvimento subjetivo com o trabalho.

Todas estas transformações adquirem, ao mesmo tempo, certa especificidade quando se leva em consideração os traços peculiares das sociedades brasileira e latino-americanas, marcadas por fortes desigualdades sociais e elevada precariedade do trabalho. Historicamente, a expansão do mercado de trabalho no Brasil deu-se no bojo do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, caracterizado por uma elevada heterogeneidade estrutural. Sob esse modelo conviveram atividades modernas e altamente produtivas com atividades tradicionais, capitalistas ou não, marcadas pela baixa produtividade. Em várias regiões do país, um intenso processo de industrialização de atividades tradicionais implicou um intenso êxodo rural, formando-se grandes cinturões de pobreza em torno das médias e grandes cidades e uma ampla camada de operários instáveis e apresentando baixa qualificação (Vargas, 1994). Nesse contexto, um enorme excedente de trabalhadores não absorvidos pelas formas mais modernas de produção capitalistas, já marcadas por uma elevada produtividade do trabalho, forma o que alguns autores denominaram de massa marginal (Nun, 2000). Apesar do forte crescimento econômico no período de 1930 a 1980, o país passou a ocupar, na divisão internacional do trabalho, a posição que alguns autores denominam de semi-periferia (Pochmann, 2002). Nestas economias, observa-se certa especialização na produção de matérias-primas e de bens e serviços de baixo valor agregado, ainda que atividades mais dinâmicas também estejam presentes. Nesse cenário de fortes desigualdades, vastas parcelas da população trabalhadora ficam sujeitas a um elevado subemprego, sem os direitos e proteções típicos da relação salarial moderna e com baixa capacidade de organização e ação política. O próprio desemprego, fortemente subestimado, assume feições muito peculiares num

contexto de elevada heterogeneidade do trabalho (Vargas, 2008). No Brasil, por isso, um Estado de bem-estar social jamais se configurou plenamente, os direitos e proteções sociais e trabalhistas permanecendo restritos às camadas sociais mais organizadas politicamente e integradas aos setores mais dinâmicos da economia capitalista e do Estado.

Portanto, vários autores têm indicado que as transformações sociais e econômicas mais recentes, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital, além de intensificarem as velhas desigualdades e precariedades estruturais, produziram também novos mecanismos de precarização e exclusão através de um desemprego aberto elevado e de uma nova informalidade do trabalho (Pochmann, 2002; Antunes, 2006). Os trabalhadores estáveis e anteriormente integrados às atividades organizadas também se tornam cada vez mais vulneráveis. Segundo Pochmann (2002), as políticas públicas neoliberais, aplicadas ao longo dos anos noventa, constituíram uma estratégia política de integração subordinada do Brasil à nova divisão internacional do trabalho, estando na raiz da profunda desestruturação do mercado de trabalho naquele período.

No período recente, com o fortalecimento das funções sociais e econômicas de regulação estatal e suas políticas desenvolvimentistas, tanto o crescimento econômico como uma forte ampliação do consumo e do poder aquisitivo do salário mínimo definem o novo cenário econômico e social no Brasil.³ A questão do emprego assume, portanto, feições econômicas, políticas e sociais diversas, permanentemente imbricadas na dinâmica social e inseparáveis na análise sociológica. Por esta razão, ela não pode estar desvinculada nem da questão do desenvolvimento econômico nem da questão social em sua dimensão propriamente política. A “questão do emprego” manifesta-se, pois, como o produto de um processo histórico no qual o trabalho e o emprego tornaram-se fatores decisivos na constituição dos vínculos sociais e na consolidação das condições mínimas de legitimidade da ordem social.

3. Crescimento econômico e mercado de trabalho na Zona Sul

A chamada Zona Sul do Rio Grande do Sul situa-se no extremo sul do Estado e abrange um conjunto de vinte e dois municípios.⁴ Esta região é parte integrante da metade

³ Segundo o DIEESE (2010), entre 2002 e 2010 houve um aumento real do salário mínimo de 53,67%.

⁴ A chamada Zona Sul é a região geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul (COREDE-Sul), um dos vinte e oito COREDES do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas e Rio Grande são os municípios pólos dessa região, formada, ainda, pelos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do

sul do Estado, cuja história foi marcada por um modelo peculiar de ocupação, distinto daquele que vigorou na região metropolitana de Porto Alegre e nas regiões coloniais. A pecuária extensiva e as grandes propriedades de terra constituíram a marca fundamental desse território onde a figura do gaúcho tradicional se formou.

Após o ciclo produtivo do charque, que teve seu ápice na segunda metade do século XIX e que tornou a cidade de Pelotas o principal pólo econômico do Rio Grande do Sul, assistiu-se a um processo de desenvolvimento econômico marcado pela industrialização das atividades tradicionais ligadas à agropecuária. Esse padrão de desenvolvimento, portanto, baseado nesses segmentos tradicionais, não acompanhou o ritmo de expansão e modernização capitalista e industrial mais diversificado e tecnologicamente avançado de outras regiões do Estado e do país. Por isso, ao longo da segunda metade do século XX, toda essa região passou a apresentar crescimento econômico inferior àquele observado nas regiões mais desenvolvidas, sendo gradativamente relegada a uma condição secundária no cenário econômico gaúcho.⁵

Com a crise da economia brasileira nos anos oitenta e com o processo de reestruturação produtiva e de acelerada globalização econômica dos anos noventa, a região passa por um processo de desindustrialização e de estagnação econômica. As atividades tradicionais, sobretudo na indústria de alimentação, sofrem um forte impacto com as políticas de abertura comercial e, conseqüentemente, com a concorrência dos produtos importados. O resultado desse processo é a desestruturação desses setores intensivos em força de trabalho e a forte elevação dos níveis de desemprego na região. Segundo o Censo demográfico de 2000, as taxas de desemprego em Pelotas e Rio Grande eram, naquele ano, de 17,3% e 19%, respectivamente.

Considera-se, portanto, que um padrão de desenvolvimento econômico fortemente alicerçado em atividades capitalistas tradicionais, marcadas pela baixa produtividade e baixa competitividade, combinado com um novo modelo de regulação econômica implantado pelo Estado brasileiro nos anos noventa estão na raiz da crise social e econômica que se instala na região naquele período, destacando-se a crise de seu mercado de trabalho.

Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

⁵ Sobre os determinantes das desigualdades de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul, ver Rosa, 2008.

A partir dos anos 2000, a estabilização econômica combinada com as novas políticas visando o crescimento e expansão da demanda interna, de aumento do poder de compra do salário mínimo e de inclusão social através de renda mínima, a região vem melhorando seus indicadores sociais e econômicos. O quadro, porém, mostra-se bastante problemático quando se compara os indicadores econômicos da Zona Sul com as regiões mais desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a Zona Sul contava com uma população de 843.206 habitantes⁶, possuindo uma taxa média de urbanização de 82,9%. Em 2009, o PIB regional era de R\$ 13,9 bilhões. Apesar de ter, dentre os COREDES, o quarto maior PIB do Rio Grande do Sul, sua participação no produto total do Estado era de apenas 6,5%.⁷ Nesse mesmo ano, o PIB per capita da região era de R\$ 16.042,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul, de R\$ 19.778,00⁸. Em 2009, a renda per capita do COREDE-Sul representava apenas 60% da renda per capita da região da serra gaúcha.

Nos últimos anos, a posição da região no cenário da economia do Estado tem se alterado devido, sobretudo, ao forte crescimento econômico observado no município de Rio Grande com suas atividades portuárias e com a recente instalação do Pólo Naval. O desempenho econômico desse município, porém, parece ser um caso isolado em relação ao conjunto da região. Enquanto o município de Rio Grande elevou, entre 1999 e 2009, em 35,3% sua participação na economia do Estado, o município de Pelotas reduziu a sua em 21,9%, perdendo continuamente posições dentre os municípios com o PIB mais elevado.

Conforme se observa através da Tabela 1, em 1999, a economia de Rio Grande representava 2,15% da economia gaúcha. Em 2009, essa participação se eleva para 2,91%. A economia de Pelotas, ao contrário, que representava 2,28% da economia do Estado, em 1999, passa a ter uma participação de 1,78%, em 2009.⁹ Durante esse mesmo período, o crescimento do Valor Adicionado Bruto¹⁰ foi de apenas 2,4% em Pelotas, em termos reais, ao passo que no município de Rio Grande esse crescimento foi de 53,4%. Os dados da

⁶ Neste mesmo ano, o município de Pelotas contava com uma população de 328.275 habitantes e o município de Rio Grande com uma população de 197.228 habitantes. Somados, os dois municípios contavam com uma população de 525.503 habitantes, o que representava 62,7% da população da região. As taxas de urbanização dos municípios de Pelotas e Rio Grande eram, em 2010, de 93,3% e 96,1%, respectivamente.

⁷ Um crescimento discreto em relação ao ano de 1999, quando essa participação era de 6,15%.

⁸ Nesse mesmo ano, o PIB per capita do Brasil era de R\$ 16.414,00.

⁹ Em 2009, o PIB de Rio Grande e o de Pelotas ocupavam, respectivamente, a 4ª e a 9ª posição no ranking do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ O Valor Adicionado Bruto é indicador que expressa o incremento do produto econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) é o resultado da soma do VAB com o valor dos impostos.

Tabela 1 revelam, igualmente, que esse crescimento concentrou-se nos últimos anos, entre 2005 e 2009, já que o crescimento econômico nestes dois municípios foi muito pequeno ou negativo entre 1999 e 2005.

Tabela 1 - Evolução e variação do PIB total, do PIB per capita e do VAB total do Rio Grande do Sul e dos municípios de Pelotas e Rio Grande, 1999, 2005 e 2009.

UNIDADES GEOGRÁFICAS VARIÁVEIS	ANOS			VARIÇÃO (*)		
	1999	2005	2009	99-05	05-09	99-09
RIO GRANDE DO SUL						
PIB total (R\$ mil)	74.015.782	144.218.198	215.863.879	10,46	14,15	26,09
PIB per capita (R\$)	7.299	13.298	19.778	3,28	13,43	17,15
VAB total (R\$ mil)	65.400.892	123.742.471	188.902.506	11,20	12,16	25,44
PELOTAS						
PIB total (R\$ mil)	1.689.770	2.629.072	3.847.928	-11,80	11,62	-1,54
Participação no PIB do RS	2,28	1,82	1,78			
PIB per capita (R\$)	5.268	7.676	11.148	-17,40	10,76	-8,52
% do PIB per capita do RS	72,18	57,72	56,36			
VAB total (R\$ mil)	1.525.319	2.371.152	3.523.945	-7,76	11,35	2,39
RIO GRANDE						
PIB total (R\$ mil)	1.591.786	3.015.265	6.280.858	7,39	58,86	70,60
Participação no PIB do RS	2,15	2,09	2,91			
PIB per capita (R\$)	8.590	15.432	31.990	1,84	58,10	61,01
% do PIB per capita do RS	117,69	116,05	161,75			
VAB total (R\$ mil)	1.322.896	2.238.746	4.748.542	-1,49	55,30	53,39
RELAÇÃO PELOTAS/RIO GRANDE						
PIB total	1,06	0,87	0,61			
PIB per capita	0,61	0,50	0,35			

Fonte: FEE/RS.

(*) Variação real, levando-se em consideração a inflação.

Além do mais, observa-se uma forte concentração do produto interno bruto regional nos municípios de Rio Grande e Pelotas. Em 2009, o município de Rio Grande representava, isoladamente, 44,5% do PIB da Zona Sul, enquanto Pelotas respondia por 27,2%. Os dois municípios somados concentravam 71,7% da economia regional. O município colocado na terceira posição, Canguçu, representava apenas 3,9%. A média de participação dos demais municípios na economia regional era de 1,4%. Observa-se, ao mesmo tempo, que todos os demais municípios somados representavam apenas 1,77% do total da economia gaúcha.

Quando se analisa o PIB per capita dos municípios, as desigualdades econômicas internas tornam-se ainda mais nítidas, apresentando-se uma enorme discrepância entre Rio Grande e os demais municípios, inclusive Pelotas. Em 2009, apenas cinco dos vinte e dois municípios apresentavam renda per capita acima da média regional, de R\$ 16.042,00, e apenas três acima da média do Estado, de R\$ 19.778,38. Pelotas ocupava a 12ª posição na região, apresentando um PIB per capita de R\$ 11.148,57. O PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 31.990,19, era quase o dobro da renda média da região.¹¹

Analisando-se a evolução da participação percentual do PIB per capita de Pelotas e de Rio Grande no PIB per capita do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2009, observa-se, mais uma vez, essa tendência discrepante entre os dois municípios. Em 1999, o PIB per capita de Pelotas era equivalente a 72,2% do PIB per capita do Estado. Essa participação cai para apenas 56,4% em 2009. A situação de Rio Grande, inversamente, vem melhorando desde então. Em 1999, o PIB per capita de Rio Grande representava 117,7% do PIB per capita do Estado. Em 2009, ele passa a representar 161,8% do PIB per capita gaúcho.

Conclui-se, pois, que o crescimento da economia regional deve-se, principalmente, ao crescimento da economia de Rio Grande no período recente, configurando-se um cenário marcado por desigualdades intra-regionais significativas. Ao passo que este município reindustrializa-se, alavancado por suas atividades industriais-portuárias e pelos maciços investimentos no setor naval, a economia de Pelotas desindustrializa-se, concentrando-se cada vez mais no setor de serviços. Em 2009, o produto industrial representava 38,6% do produto total de Rio Grande, o que expressa um importante crescimento em relação ao ano de 1999, quando era de 32,4%. Em Pelotas, ao contrário, observa-se nesse mesmo período uma redução da participação do produto industrial de 22,1% para 19,7%. Por outro lado, a participação dos serviços no produto total deste município teve um pequeno crescimento, passando de 75,1%, em 1999, para 76,4%, em 2009. Em Rio Grande, ao contrário, em razão do forte crescimento industrial, a

¹¹ Em 2009, o PIB per capita de Rio Grande ocupava a 14ª posição no ranking do Estado do Rio Grande do Sul, já o de Pelotas apenas a 382ª posição.

participação dos serviços no produto total caiu de 64,8% para 58,6% nesse mesmo período.¹²

Tendo em vista esse cenário econômico regional, torna-se importante indagar em que medida essas transformações tem afetado o mercado de trabalho local e qual tem sido seu impacto sobre o crescimento do emprego nos dois municípios pólos.

Uma avaliação sumária do mercado de trabalho local, segundo dados do Censo demográfico de 2010, revela que as taxas de desemprego na região baixaram para 7,5%, em Pelotas, e para 8,6%, em Rio Grande. Por outro lado, os indicadores de precariedade do trabalho mostram um quadro bastante preocupante. Tomando-se, inicialmente, apenas o rendimento dos trabalhadores como critério para medir essa precariedade, constata-se que houve um aumento da parcela dos trabalhadores ocupados que não tinham nenhum rendimento ou que recebiam até um salário mínimo mensal. Entre 2000 e 2010, a participação desse contingente de trabalhadores no total da população ocupada cresceu de 26,6% para 33,4%, em Pelotas, e de 24,3% para 31%, em Rio Grande. Somando-se os desempregados a esses trabalhadores ocupados em situação de precariedade, aqui denominados de trabalhadores vulneráveis, atinge-se um total de 38,4% da população economicamente ativa de Pelotas e de 37% de Rio Grande, em 2010.¹³ Em números absolutos, eram 62.129 trabalhadores, em Pelotas, e 33.285, em Rio Grande. Conclui-se, portanto, que essa vulnerabilidade continua elevada no período recente, mesmo em uma conjuntura marcada pelo crescimento econômico, pela redução do desemprego e pelo crescimento do emprego formal. Em Rio Grande, cujos indicadores econômicos mostram-se invejáveis nesse período, não se observa sinais de superação desse quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho, sobretudo quando se considera o problema da precariedade do trabalho. Neste município, a taxa de desemprego é, inclusive, mais elevada que a de Pelotas. Segundo a RAIS/MTE, também no emprego formal há um forte crescimento do número de trabalhadores que apresentam baixos rendimentos. Entre 2002 e 2010, a participação dos trabalhadores que recebiam até 1,5 salários mínimos passou de 18,9% para 44,7%, em Pelotas, e de 22,2% para 34,4% em Rio Grande.

¹² Vale ressaltar, ainda, que os dois municípios possuem uma economia fundamentalmente urbana, o setor primário representando, em 2009, apenas, 3,9% do produto total de Pelotas e 2,8% do produto total de Rio Grande.

¹³ Em 2010, no Brasil e no Rio Grande do Sul, esses trabalhadores vulneráveis representavam 43,9% e 34,6% da população economicamente ativa, respectivamente. No Brasil, eram 41 milhões de trabalhadores e, no Rio Grande do Sul, dois milhões de trabalhadores.

A seguir, pretende-se analisar especificamente a dinâmica do emprego formal na região, identificando não só seus níveis de crescimento nas últimas décadas, mas suas especificidades nos mercados de trabalho de Pelotas e Rio Grande, tendo em vista as diferentes dinâmicas econômicas apresentadas por esses dois municípios.

4. A dinâmica regional do emprego formal

A seguir, procura-se analisar a evolução do emprego formal nos municípios de Pelotas e Rio Grande, comparando-se seu desempenho com o conjunto da Zona Sul, com o Estado do Rio Grande do Sul e com o país. Para tanto, utiliza-se a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais especificamente os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referentes ao período entre 1985 a 2010 (MTE/RAIS). Trata-se, pois, da evolução do emprego formal, registrado, constituindo-se, este, em um importante indicador da evolução do trabalho organizado e protegido no Brasil. Os dados da RAIS referem-se aos estoques de emprego em 31 de dezembro de cada ano, não captando os movimentos de admissão e demissão no mercado de trabalho ao longo do ano. Se, aparentemente, esse é um limitador na tentativa de estabelecer uma adequada radiografia da evolução do volume de emprego, na prática, esses dados permitem captar e analisar com muito mais propriedade a dinâmica do emprego do ponto de vista de sua capacidade de gerar um processo mais efetivo de integração social, na medida em que se referem aos efeitos de médio e longo prazo. Vale registrar, ainda, que se esses dados dão uma boa dimensão da evolução do mercado de trabalho urbano, não acontece o mesmo com o emprego rural, muito mais afetado pela informalidade e pela importância do trabalho autônomo, não captados pelas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista temporal, analisa-se a evolução do emprego formal em três sub-períodos distintos, de 1985 a 1989, de 1989 a 1999 e de 1999 a 2010, com ênfase neste último período. Pretende-se, com isso, captar a dinâmica do emprego nas diversas conjunturas econômicas vividas pela sociedade brasileira neste longo período de vinte e seis anos. Essas conjunturas podem ser identificadas, *grosso modo*, pela crise, inflação e instabilidade econômica (anos 80), pela abertura econômica, reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho (anos 90) e pelo crescimento econômico e expansão do emprego (período recente). Vale ressaltar que os períodos acima identificados

não são homogêneos, podendo-se neles identificar anos típicos e anos atípicos, nos quais as tendências dominantes do período não se verificam ou se verificam apenas parcialmente.

Analisando-se a evolução do emprego formal na Zona Sul, no período de 1985 a 2010, conforme a Tabela 2, observa-se que nos municípios de Pelotas e Rio Grande os níveis mais elevados de emprego registrados nos anos oitenta só foram ultrapassados em 2010. Mesmo com o forte crescimento econômico observado em Rio Grande nos últimos anos, o crescimento do emprego formal, aparentemente, tem se mostrado bastante tímido.

Tabela 2 - Evolução anual do emprego formal na Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios, 1985 a 2010.

Ano	Zona Sul		Pelotas		Rio Grande		Demais municípios	
	nº	var.	nº	var.	nº	var.	nº	var.
1985	112.113	*	56.881	*	35.314	*	19.918	*
1986	123.201	9,89	63.043	10,83	37.417	5,96	22.741	14,17
1987	128.363	4,19	67.545	7,14	37.101	-0,84	23.717	4,29
1988	125.157	-2,50	61.186	-9,41	38.396	3,49	25.575	7,83
1989	129.210	3,24	65.970	7,82	36.933	-3,81	26.307	2,86
1990	119.783	-7,30	59.587	-9,68	35.802	-3,06	24.394	-7,27
1991	112.969	-5,69	55.507	-6,85	33.775	-5,66	23.687	-2,90
1992	115.540	2,28	57.575	3,73	33.508	-0,79	24.457	3,25
1993	113.570	-1,71	55.265	-4,01	33.119	-1,16	25.186	2,98
1994	112.431	-1,00	53.256	-3,64	33.261	0,43	25.914	2,89
1995	104.450	-7,10	48.122	-9,64	29.814	-10,36	26.514	2,32
1996	100.629	-3,66	47.895	-0,47	25.727	-13,71	27.007	1,86
1997	99.898	-0,73	46.509	-2,89	26.259	2,07	27.130	0,46
1998	98.822	-1,08	44.087	-5,21	26.968	2,70	27.767	2,35
1999	103.990	5,23	47.166	6,98	27.264	1,10	29.560	6,46
2000	104.393	0,39	46.523	-1,36	27.615	1,29	30.255	2,35
2001	110.970	6,30	48.340	3,91	32.446	17,49	30.184	-0,23
2002	109.614	-1,22	49.804	3,03	29.143	-10,18	30.667	1,60
2003	114.232	4,21	52.646	5,71	30.530	4,76	31.056	1,27
2004	116.343	1,85	51.616	-1,96	33.015	8,14	31.712	2,11
2005	119.515	2,73	53.195	3,06	33.745	2,21	32.575	2,72
2006	122.972	2,89	55.193	3,76	35.093	3,99	32.686	0,34
2007	129.989	5,71	59.126	7,13	36.073	2,79	34.790	6,44
2008	132.936	2,27	61.549	4,10	36.334	0,72	35.053	0,76
2009	138.801	4,41	65.068	5,72	37.303	2,67	36.430	3,93
2010	148.527	7,01	69.643	7,03	39.859	6,85	39.025	7,12

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

Em Pelotas, no período que antecede à crise dos anos noventa, o ápice do volume de empregos ocorreu no ano de 1987, quando foram registrados 67.545 empregos formais. Naquele mesmo ano, o município detinha uma participação de 3,86% dos empregos formais do Estado e de 52,62% dos empregos da Zona Sul. Em 2010, essa participação cai

para 2,5% e 46,9%, respectivamente.¹⁴ Em Rio Grande, esse ápice deu-se em 1988, quando foram registrados 38.396 empregos formais. Em termos de participação, o pico ocorreu no ano de 1985, quando o município detinha 2,19% dos empregos formais do Estado e 31,5% dos empregos da Zona Sul. Em 2010, essa participação caiu para 1,4% e 26,8%, respectivamente.

Porém, analisando-se a dinâmica do emprego por sub-períodos, conforme dados apresentados na Tabela 3, observa-se que o baixo desempenho dos dois municípios deve-se, principalmente, ao processo massivo de destruição de empregos formais nos anos noventa. Em Pelotas e Rio Grande, essa destruição se deu em níveis muito superiores aos ocorridos no Estado e no país. Veja-se mais detalhadamente a evolução do emprego em cada sub-período.

No primeiro sub-período, de 1985 a 1989, quando a economia brasileira retoma seu crescimento após um início de década marcado por uma forte crise e recessão econômicas, os níveis de crescimento do emprego são relativamente altos, com exceção do caso de Rio Grande, cuja taxa média anual de crescimento foi de apenas 1,1%. As diferenças no ritmo de crescimento anual do emprego não são muito significativas comparando-se a situação do país, do Estado do RS, do conjunto da Zona Sul e de Pelotas. Essas taxas são, respectivamente, de 4,9%, 4,2%, 3,8% e 4,0%. Destacam-se, especificamente, os níveis de crescimento do emprego formal nos demais municípios da Zona Sul cuja taxa média anual foi de 8%.

No sub-período seguinte, de 1989 a 1999, marcado por forte recessão, desestruturação do mercado de trabalho e desindustrialização da economia brasileira, observa-se níveis muito acentuados de redução dos níveis de emprego, principalmente em Pelotas e Rio Grande. Em Pelotas, essa redução foi de 28,5% no período, com uma perda anual média de 2,9%. Foram 18.804 postos de trabalho perdidos. A participação do município na estrutura do emprego caiu de 51,1% para 45,4% na Zona Sul e de 3,5% para 2,6% no Estado.

Essa destruição massiva de empregos ocorre particularmente no setor industrial e está na raiz do elevado desemprego daquele período. Em 1987, no ápice do volume de empregos, a indústria de transformação contava com 23.061 postos de trabalho, o que

¹⁴ Vale salientar que durante esse período de vinte e seis anos, o município de Pelotas perdeu uma pequena parte de sua população e de seu território, tendo em vista a emancipação dos municípios de Morro Redondo, Arroio do Padre e Turuçu.

representava 34% do volume total de empregos do município.¹⁵ O setor de alimentação, isoladamente, era responsável por 73% desses empregos industriais. Em 1999, caía para 10.335 o número de postos de trabalho na indústria de transformação, 63% dos quais vinculados ao setor de alimentação. O emprego industrial passava a representar apenas 21,9% do volume total de empregos do município.¹⁶

Tabela 3 – Variação do crescimento do emprego formal em termos absolutos e relativos no Brasil, Rio Grande do Sul, Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios da Zona Sul, no período de 1985 a 2010 e sub-períodos.

UNIDADE GEOGRÁFICA	PERÍODO	1985-2010	1985 - 1989	1989-1999	1999-2010	2005-2010
Brasil	var. absoluta	23.576.224	3.994.437	506.697	19.075.090	10.829.738
	var. rel. (%)	115,1	19,5	2,1	76,3	32,6
	var. anual (%)	4,6	4,9	0,2	6,9	6,5
Rio Grande do Sul	var. absoluta	1.193.860	269.235	-64.308	988.933	568.689
	var. rel. (%)	74,1	16,7	-3,42	54,5	25,4
	var. (%)	3,0	4,2	-0,1	5,0	5,1
Zona Sul	var. absoluta	36.414	17.097	-25.220	44.537	29.012
	var. rel. (%)	32,5	15,3	-19,5	42,8	24,3
	var. anual (%)	1,3	3,8	-2,0	3,9	4,9
Pelotas	var. absoluta	12.762	9.089	-18.804	22.477	16.448
	var. rel. (%)	22,4	16,0	-28,5	47,7	30,9
	var. anual (%)	0,9	4,0	-2,9	4,3	6,2
Rio Grande	var. absoluta	4.545	1.619	-9.669	12.595	6.114
	var. rel. (%)	12,9	4,6	-26,2	46,2	18,1
	var. anual (%)	0,5	1,1	-2,6	4,2	3,6
Demais municípios	var. absoluta	19.107	6.389	3.253	9.465	6.450
	var. rel. (%)	95,9	32,1	12,4	32,0	19,8
	var. anual (%)	3,8	8,0	1,2	2,9	4,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

Em Rio Grande, a redução do volume de empregos formais foi de 26,2% entre 1989 e 1999, a uma taxa média de -2,6% ao ano, o que equivale a 9.669 postos de trabalho perdidos. A participação deste município no emprego caiu de 28,6% para 26,2% na Zona Sul e de 2% para 1,5% no Estado. Neste município, a perda de empregos industriais também foi muito intensa. O ápice dos empregos na indústria de transformação ocorreu em 1986, quando se contabilizavam 12.053 postos de trabalho, o que representava 32,2% do volume total de empregos do município. Essa participação caiu para apenas 15,7% em

¹⁵ Incluindo a construção civil, essa participação se eleva para 37%.

¹⁶ Incluindo a construção civil, essa participação se eleva para 26,6%.

1999. Nesse ano, o volume de empregos na indústria de transformação era apenas um pouco mais de um terço daquele observado em 1986, isto é, uma brutal destruição de empregos. A indústria respondeu por 80% da perda total de empregos no município naquele período.

Nos demais municípios da Zona Sul, excluindo-se Pelotas e Rio Grande, observa-se que durante esses anos de crise profunda no mercado de trabalho houve um importante crescimento dos níveis de emprego formal, na ordem de 12,4%, a uma taxa média anual de 1,2%. Esse desempenho positivo deveu-se à importância do emprego no setor primário, o que amenizou, para o conjunto da Zona Sul, o impacto da destruição de empregos ocorrida em Pelotas e Rio Grande. Ainda assim, o desempenho dessa região foi muito inferior àquele observado no Estado e no país. No caso do Rio Grande do Sul, houve um recuo de 3,4% no conjunto do período, a uma taxa média anual de -0,1%. No país, houve um pequeno crescimento de 2,1%, a uma taxa média de 0,2%. Esse crescimento do volume nacional de empregos, no entanto, sequer acompanhou o crescimento demográfico que foi de 1,7% ao ano durante a década de noventa, segundo o IBGE.¹⁷

No último sub-período, de 1999 a 2010, marcado por uma retomada do crescimento econômico brasileiro, ainda que de forma instável e gradual, observa-se uma recuperação e expansão do volume de empregos formais em todos os níveis geográficos.

Comparando-se os níveis de crescimento do emprego na Zona Sul com o Estado e com o país, observa-se que nesta região o crescimento do emprego foi menor. Porém, inverte-se a situação observada no período anterior. O crescimento dos níveis de emprego em Pelotas e em Rio Grande é mais alto que o crescimento nos demais municípios. Ainda assim, Pelotas e Rio Grande apresentam taxas de crescimento do emprego formal inferiores às observadas no Estado e no país.

Em Pelotas, observa-se, entre 1999 e 2010, um crescimento de 47,7% nos níveis de emprego formal, o que significa a criação de 22.477 novos postos de trabalho e uma taxa de crescimento médio anual de 4,3%. Apesar desse desempenho positivo, sua participação no volume total de empregos do Estado reduziu-se de 2,6%, em 1999, para 2,5%, em 2010. Porém, considerando-se apenas os últimos anos, constata-se uma trajetória ascendente, já que essa participação vem crescendo desde o ano de 2004, quando ela era de 2,4%. Mesmo

¹⁷ Segundo os censos demográficos de 1991 e 2000, a população brasileira cresceu 15,4% nesse período de nove anos entre os dois censos.

em recuperação, essa participação está longe dos patamares observados no primeiro sub-período, quando atingiu o ápice de 3,8%, em 1987. Em relação ao conjunto da Zona Sul, por outro lado, essa participação cresceu no sub-período, passando de 45,4%, em 1999, para 47%, em 2010. Apesar desse crescimento, a participação do emprego industrial continuou em queda. A indústria de transformação passou a representar apenas 14,7% do volume total de empregos do município em 2009. O setor de alimentação, por sua vez, diminuiu sua participação no conjunto da indústria de transformação para 58,4%.

Em Rio Grande, a tendência na evolução do emprego é semelhante àquela observada em Pelotas. Entre 1999 e 2010, constata-se um crescimento de 46,2% no volume de empregos formais, tendo sido criados 12.595 postos de trabalho. A taxa de crescimento médio anual foi de 4,2%, levemente abaixo daquela observada em Pelotas. A participação do município no emprego também declinou, no período, em relação ao Estado do RS, passando de 1,5% para 1,4%. Diferentemente do caso de Pelotas, porém, esse declínio vem ocorrendo igualmente nos últimos anos, não se observando tendência de crescimento. Em relação ao conjunto da Zona Sul, essa participação também cresceu, mas de maneira muito tímida, passando de 26,2%, em 1999, para 26,8%, em 2010. Nos últimos anos, essa participação também declinou, já que entre 2004 e 2006 ela era superior a 28%.

Considerando-se o forte crescimento econômico deste município nos últimos anos, é possível, a partir desses dados, constatar que seu impacto sobre a geração de empregos formais tem sido bastante limitado. Em Pelotas, cujo crescimento econômico tem se mostrado bastante tímido nos últimos anos, o emprego formal cresce mais que em Rio Grande. É possível, pois, dar sustentação à hipótese de que se está diante de um padrão de desenvolvimento que apresenta capacidade limitada de gerar empregos e distribuir seus resultados econômicos. Esta hipótese, no entanto, precisa ser melhor avaliada, tanto em termos temporais, identificando-se o impacto do crescimento econômico nos próximos anos, como do ponto de vista da qualidade dos empregos que estão sendo gerados, o que não é objeto deste trabalho. É preciso considerar, ainda, a hipótese de que Pelotas esteja se beneficiando do crescimento econômico de Rio Grande. Mesmo neste caso, porém, tomando-se os dois municípios em conjunto, observa-se que o ritmo de crescimento do emprego é inferior àquela constatado para o conjunto do Estado e do país, de 54,5% e 76,3% (taxas de 5% e 6,9% ao ano), respectivamente. No Brasil, foram gerados mais de 19 milhões de postos de trabalho nesse período.

No período mais recente, a evolução dos níveis de emprego na Zona Sul não tem se alterado significativamente, observando-se a continuidade do crescimento e um leve declínio da participação regional no âmbito estadual. Entre 2005 e 2010, enquanto o crescimento do volume de empregos no Estado foi de 25,4%, na Zona Sul foi de 24,3%, uma diferença muito pequena. Quando se analisa a dinâmica do emprego nos municípios, observa-se que em Pelotas há um crescimento mais elevado, de 30,9% nestes últimos anos. Constatase, ainda, surpreendentemente, que os demais municípios da Zona Sul tiveram um crescimento do volume de empregos superior àquele observado em Rio Grande. Nestes municípios, esse crescimento foi de 19,8%, ao passo que em Rio Grande foi de 18,1%. Mais uma vez, constata-se que a dinâmica econômica recente, marcada por um crescimento fortemente concentrado nesse município portuário, tem um impacto limitado sobre o mercado de trabalho, pelo menos em termos de geração quantitativa de empregos formais.

5. Elasticidade emprego-produto e dinâmica setorial do emprego no período recente

Analisando-se mais detalhadamente o crescimento do emprego e do produto no período recente (2005-2009), através da razão entre suas taxas de crescimento, a chamada elasticidade emprego-produto¹⁸, tem-se um quadro mais preciso das diferentes dinâmicas econômicas em Pelotas e Rio Grande.

Entre 2005 e 2009, conforme a Tabela 4, observa-se que essa elasticidade é bem mais elevada em Pelotas, de 1,92, do que em Rio Grande, de 0,18. Em Pelotas, enquanto o crescimento do PIB foi de 11,6%, o crescimento do emprego foi de 22,3%. A taxa de crescimento do emprego é quase o dobro da taxa de crescimento do PIB. Já em Rio Grande, o crescimento do PIB foi de 58,9%, enquanto que o crescimento do emprego foi de apenas 10,5%. A taxa de crescimento do emprego é cinco vezes menor que a taxa de crescimento do PIB.

No setor industrial, constata-se que o crescimento do emprego em Pelotas, de 33,8%, é superior àquele de Rio Grande, de 28%, mesmo que este último município tenha

¹⁸ Se esse valor for igual a um (1), emprego e produto crescem a taxas iguais. Se esse valor estiver acima de um (1), a taxa de crescimento do emprego é superior à do produto, o que revela uma dinâmica positiva do emprego. Se esse valor for inferior a um (1), a taxa de crescimento do emprego mostra-se inferior à do produto.

tido um forte crescimento do produto, de 51,7%, e que o mesmo seja quase o triplo daquele de Pelotas.¹⁹

Tabela 4 – Variação do PIB, do VAB total e setorial e do emprego total e setorial e a elasticidade emprego-produto, Pelotas e Rio Grande, 2005-2009.

VARIÁVEIS	Pelotas	Rio Grande
	Variação (%)*	Variação (%)*
PIB (A1)	11,6*	58,9*
VAB Total (A2)	11,4*	55,3*
VAB Agropecuária (B1)	48,9	29,4
VAB Indústria (C1)	-2,8	51,7
VAB Serviços (D1)	14,3	59,0
VAB Serviços Públicos (E1)	9,7	7,8
Emprego Total (A3)	22,3	10,5
Emprego Agropecuária (B2)	28,7	-9,9
Emprego Industrial (C2)	33,8	28,0
Emprego Serviços (D2)	19,6	7,8
Emprego Serviços Públicos (E2)	-10,9	-20,6
Razão Emprego/PIB (A3/A1)	1,92	0,18
Razão Emprego/VAB (A3/A2)	1,97	0,19
Razão Emprego/VAB Agricultura (B2/B1)	0,59	-0,34
Razão Emprego/VAB Indústria (C2/C1)	-11,99	0,54
Razão Emprego/VAB Serviços (D2/D1)	1,37	0,13
Razão Emprego/VAB Serviços Públicos (E2/E1)	-1,13	-2,66

* Variação real, aplicados deflatores para o período.

Isso é mais surpreendente ainda quando se constata que o crescimento do produto industrial de Pelotas foi negativo nesse período, de -2,8%. A elasticidade emprego-produto neste setor é de -11,99 em Pelotas e de 0,54 em Rio Grande. Vale ressaltar, ainda, que o crescimento do emprego especificamente na indústria de transformação de Pelotas foi de 27% e na construção civil de 64,2%. Em Rio Grande, o emprego na indústria de transformação cresceu apenas 15,5%, enquanto que o emprego na construção civil aumentou 101%. Este último setor criou mais vagas que a indústria de transformação, mesmo possuindo um peso bem menor na estrutura de emprego do município.²⁰ Esses dados revelam que a expansão do emprego ocorre em setores mais intensivos em força de

¹⁹ Em 2009, o produto industrial de Pelotas era de R\$ 692 milhões e o de Rio Grande de R\$ 1,831 bilhões.

²⁰ A indústria de transformação de Rio Grande respondia por 14% do total dos empregos formais do município, em 2009, enquanto que a construção civil tinha uma participação de apenas 4,1%.

trabalho e que a estrutura industrial de Rio Grande, mais intensiva em capital, tem uma capacidade bastante limitada de criar empregos.

No setor de serviços observa-se um fenômeno semelhante. Em Pelotas, o volume e a geração de empregos também são bem superiores a Rio Grande, mesmo que o produto em serviços dos dois municípios tenha atingido valores próximos em 2009.²¹ Entre 2005 e 2009, em Pelotas, o produto deste setor cresceu 14,3% e o volume de empregos, 19,6%. Em Rio Grande, o produto em serviços cresceu ainda mais que o produto industrial, 59%, o volume de empregos, porém, cresceu apenas 7,7%. A elasticidade emprego-produto é de 1,37 em Pelotas e de 0,13 em Rio Grande. Enquanto em Pelotas o crescimento do emprego no comércio e nos serviços (excluídos os serviços públicos e os serviços industriais), foi de 28,4% e de 28,3%, respectivamente, em Rio Grande esse crescimento foi de 13% e 17,9%. Esses dados revelam, pois, que as atividades no setor de serviços também apresentam, em Rio Grande, uma produtividade mais elevada e uma menor expansão do emprego.

Constata-se, ainda, tanto em Pelotas como em Rio Grande, uma surpreendente redução do emprego nos serviços públicos, de 10,9% e 20,7%, respectivamente, mesmo que o produto deste setor tenha aumentado 9,7% em Pelotas e 7,8% em Rio Grande. A elasticidade emprego-produto neste setor é negativa nos dois municípios, de -1,13 em Pelotas e de -2,66 em Rio Grande. Esse fenômeno pode estar associado tanto à terceirização de atividades antes exercidas por funcionários públicos como a uma reorganização e enxugamento da máquina pública. Uma análise mais minuciosa a esse respeito exigiria, porém, a realização de um estudo mais pormenorizado.

Em suma, a limitada capacidade de geração de empregos formais em Rio Grande pode ser observada, igualmente, em quase todos os setores²², com exceção da construção civil. Já em Pelotas, observa-se uma ampla expansão setorial dos empregos, com exceção do setor público.

6. Conclusões

A análise realizada até o presente momento permite concluir que o padrão desenvolvimento regional da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é marcado por fortes desigualdades econômicas intra e inter-regionais, com uma elevada concentração do

²¹ O produto em serviços de Pelotas era de R\$ 2,692 bilhões e o de Rio Grande de R\$ 2,782 bilhões.

²² Conforme definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

produto econômico no município de Rio Grande, primeiramente, e no município de Pelotas, secundariamente. Nele, combinam-se distintos modelos de desenvolvimento tanto em sua dinâmica de crescimento econômico como em sua dinâmica de crescimento do emprego.

Por um lado, o crescimento regional está fortemente ancorado na economia de Rio Grande, baseada nas atividades industriais-portuárias e em serviços. O forte incremento do produto econômico, que nos próximos anos tende a se intensificar, vem acompanhado de um limitado crescimento dos níveis de emprego formal. Esse modelo de desenvolvimento, seguindo os atuais padrões de acumulação capitalista flexível, baseia-se em atividades econômicas mais intensivas em capital e que apresentam maior produtividade do trabalho, o que implica uma limitada capacidade de distribuir os resultados do crescimento em termos de geração de empregos protegidos. Tal fato não exclui a possibilidade de outras modalidades de distribuição do crescimento, principalmente através de investimento públicos em infra-estrutura social e equipamentos coletivos. Nesse sentido, os mecanismos públicos de regulação social devem assumir uma importância crucial no enfrentamento dos problemas sociais gerados por esse modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, observa-se outro modelo de desenvolvimento regional, exemplificado pelo município de Pelotas, mais dinâmico na geração de empregos formais, mas menos eficiente – e no limite ineficiente - em termos de crescimento econômico e de elevação dos níveis de renda per capita. Este modelo de desenvolvimento, ancorado em atividades capitalistas mais tradicionais, menos intensivas em capital - como a construção civil, a indústria de alimentação, o comércio varejista, os serviços pessoais - mostra-se mais sensível às políticas macroeconômicas e às políticas sociais levadas a cabo pelo Estado brasileiro nos últimos anos de estímulo à demanda interna e ao crescimento da infra-estrutura (PAC), de valorização do salário mínimo e de promoção da renda mínima para as populações pobres. Além do mais, é possível supor que esse modelo esteja estimulando a formação de um elevado volume de empregos precários, o que implicaria na persistência de padrões elevados de desigualdade social, traço marcante do desenvolvimento capitalista no Brasil nas últimas décadas.

Dado esse padrão dual de desenvolvimento da Zona Sul²³, são muitas as evidências que corroboram a hipótese de que o mesmo tenha uma limitada capacidade de gerar um amplo processo de integração dos enormes contingentes de trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, isto é, de enfrentamento da questão social em nível regional. Além de não propiciar a integração desses trabalhadores pela insuficiente geração quantitativa de empregos protegidos, esse padrão de desenvolvimento, segundo o modelo riograndino, é marcado por uma forte seletividade e exclusão no mercado de trabalho, dadas as exigências em termos de perfil de trabalhadores no atual estágio da dinâmica de acumulação capitalista.

Em relação ao processo massivo de destruição de empregos ao longo dos anos noventa, constatou-se que em Pelotas e em Rio Grande essa destruição ocorreu em níveis muito superiores à média do Estado e do país e pode ser atribuída tanto ao esgotamento do então modelo de desenvolvimento regional, ancorado em atividades agroindustriais tradicionais, intensivas em mão-de-obra, como às políticas liberais de abertura comercial que inauguraram um novo modelo de regulação econômica no Brasil. Assim, o saldo daquele processo de reestruturação dos setores tradicionais foi a quebra de inúmeras empresas, um elevado desemprego estrutural e uma provável mudança no padrão de qualidade dos empregos que passaram a ser criados desde então. Vale ressaltar, ainda, que a redução do emprego industrial e o crescimento do emprego em serviços expressam fenômenos diversos. Por um lado, expressam a elevação geral da produtividade do trabalho, conforme tendência apontada pela literatura sociológica de desindustrialização e avanço da sociedade de serviços. Por outro, estão relacionados à intensificação da concorrência, com a conseqüente perda de empregos para outras regiões industriais do país e do mundo, também marcadas pela abundância de mão-de-obra barata. É preciso sublinhar também que a expansão dos serviços tem estado fortemente associada à expansão de atividades precárias, tais como o comércio ambulante, os serviços pessoais, o trabalho doméstico, entre outras.

Enfim, a compreensão das tendências do emprego na região deverá assumir contornos mais precisos a partir dos dados estatísticos de 2011, ainda indisponíveis, pois é nesse ano que se intensificam os investimentos e atividades do Pólo Naval de Rio Grande.

²³ Seria necessário, ainda, incluir o(s) modelo(s) de desenvolvimento dos demais municípios da região, nos quais as atividades primárias têm um grande peso na economia, o que não é objeto do presente estudo.

Se uma forte concentração do crescimento econômico neste último município parece ser uma tendência marcante, o futuro do emprego na região ainda mostra-se incerto, tudo indicando, porém, que seu crescimento será provavelmente insuficiente para integrar o conjunto dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Portanto, em face do histórico déficit estrutural de lugares legítimos na sociedade brasileira, o que está em jogo não é apenas o emprego enquanto fonte de remuneração, mas o trabalho enquanto mecanismo de acesso à segurança, ao reconhecimento social, a um lugar no mundo social. A questão do emprego manifesta-se, pois, mais do que nunca, como uma questão social de primeira grandeza no Brasil e na Zona Sul.

7. Referências

- ANTUNES, Ricardo. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. 528p.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977. 540p.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001. 612p.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- CHEGADA do Casco da P-58 Movimenta Indústria Naval. Zero Hora. Porto Alegre, 12 out 2011. Disponível em:
<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2011/10/chegada-do-casco-da-p-58-movimenta-industria-naval-3523280.html>. Acesso em: 5 janeiro 2012.
- DIEESE. Mercado de Trabalho no Brasil: Evolução Recente e Desafios. 2010. Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiosApresentacao2010.pdf>. Acesso em: 9 março 2012.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 352p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal na internet:
<http://www.ibge.gov.br>.

MTE/RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego: Relação Anual de Informações Sociais. Portal na internet: <http://www.mte.gov.br>.

NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, nº 56, p. 43-62, 2000.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DO RS.

Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul – COREDE-Sul. Pelotas: Abril 2010. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br>. Acesso em: 9 novembro 2011.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2002. 152p.

RESUMO ESTATÍSTICO RS – 2011. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Porto Alegre, março 2011. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 9 janeiro 2012,

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: M. Books, 2004. 388p.

ROSA, Joal de Azambuja. *Desenvolvimento e disparidades regionais no Rio Grande do Sul: sugestões de linhas de programas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo*. FEE/RS. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 23 março 2012.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Edição on line: Ordem Livre.Org. 488p.

VARGAS, Francisco. *Relações sociais de classe e gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. 1994. 312p. Dissertação de mestrado em sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

VARGAS, Francisco. *Formas e experiências da privação de trabalho no Brasil: a construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais*. Vol. 1. 2008. 573p. Tese de doutorado em sociologia. Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines. Paris, 2008. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas>